

ABORDAGEM SOBRE O CRIME DE STALKING

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Thales Da Silva De Jesus
Vinicius Mendes Cavalcanti
Carla Rebeca Santos Oliveira

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO - FACNET

Introdução

O crime de "stalking" é um comportamento obsessivo e repetitivo que ameaça, assedia ou intimida uma pessoa, podendo ocorrer pessoalmente ou eletronicamente. Previsto na Lei nº 14.132 de 2021 no Brasil, causa sérios efeitos psicológicos como ansiedade e depressão. Reconhecido como crime grave, sua prevenção exige uma abordagem multidisciplinar, com medidas legais, sociais e psicológicas. Este trabalho analisa a jurisprudência sobre "stalking", destacando suas características, impactos nas vítimas e estratégias de prevenção e combate.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a jurisprudência referente ao crime de "STALKING", também conhecido como perseguição obsessiva, destacando suas características, impactos psicológicos nas vítimas e as medidas legais e sociais para prevenção e combate a esse tipo de comportamento invasivo e prejudicial.

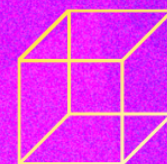
Material e Métodos

A revisão realizada neste trabalho é do tipo narrativa, que busca sintetizar e analisar a jurisprudência sobre o tema do crime de "STALKING" e suas implicações legais e sociais. As bases de dados utilizadas para pesquisa incluem periódicos acadêmicos, artigos científicos, relatórios governamentais e documentos legais. A pesquisa foi restrita ao período de março de 2024 a abril de 2024, com o objetivo de abranger estudos e desenvolvimentos recentes sobre o assunto, garantindo assim a relevância e atualidade das informações apresentadas.

Resultados e Discussão

A revisão destaca a gravidade do stalking e a importância de medidas preventivas e de combate. Identifica o stalking como fenômeno persistente, causando danos psicológicos sérios. A legislação reconhece sua gravidade, mas há desafios, como falta de conscientização. Estratégias incluem programas educativos, apoio às vítimas, formação de profissionais da justiça e uso da tecnologia. A abordagem multifacetada é essencial. O cyberstalking, pela internet, é uma forma preocupante. Dados revelam que mulheres são as principais vítimas, indicando a necessidade de medidas mais eficazes para protegê-las.

Conclusão



o crime de perseguição (stalking), conforme o Código Penal, com o réu considerado culpado por perseguir a vítima repetidamente, enviando mensagens, fazendo ligações e ameaçando-a fisicamente e psicologicamente no trabalho. A decisão reconheceu a intenção do réu em subjugar a vítima, especialmente pelo seu sexo feminino, e determinou uma indenização por dano moral, considerando as graves consequências, como a perda de emprego e a mudança de residência. O estudo reforça a necessidade de conscientização pública, legislações específicas, e apoio às vítimas para combater o stalking eficazmente.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de “Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, 3ª edição atualizada, Universidade Católica Editora, 2015.

CARVALHO, Américo Taipa de “Direito Penal Parte Geral, Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime”, 3ª edição, Universidade Católica Editora, 2016.

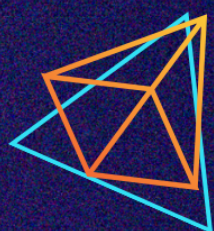
CARVALHO, Mário Paulo Lage de “O combate ao stalking em Portugal: Contributos para a definição de um protocolo de intervenção policial”, Tese de Mestrado em Medicina Legal, ICBAS-UP, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, “Stalking: Abordagem Penal e Multidisciplinar”, Lisboa, 2013, p.29.

COSTA, José de Faria, “Noções fundamentais de direito penal (Fragmenta iuris poenalis)”, 4ª edição, Coimbra Editora, 2015.

COELHO, Cláudia, Gonçalves, Rui Abrunhosa de, “Stalking: Uma outra dimensão da violência conjugal”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 17 (2007).

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera